

Aula 07

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Direito Processual Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Marcella Mendes

29 de Maio de 2025

Índice

1) O que é mais cobrado dentro do assunto - Provas - Concursos	3
2) Roteiro de revisão - Provas	4
3) Aposta estratégica - Provas	23
4) Questões estratégicas - Provas - Instituto AOCP	24
5) Questionário de revisão - Provas	32
6) Lista de Questões estratégicas - Provas - Instituto AOCP	38



O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto desta aula, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança em concursos
Prova pericial e exame de corpo de delito	6,25 %
Conceito e terminologia	25 %
Prova testemunhal	25 %
Sistema de valoração da prova	18,75 %
Interrogatório	18,75 %
Busca e apreensão	6,25 %



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

As bancas apresentam questões objetivas redigidas de forma clara e mais direta, não se olvidando da cobrança do texto legal e de alguns aspectos doutrinários e jurisprudenciais.

Dessa forma, sugerimos a leitura atenta dos artigos 155 ao 250 do Código de Processo Penal. Leia e releia tais dispositivos, atentando-se aos seguintes pontos, buscando memorizá-los aos poucos (a memorização virá com o tempo, não se preocupe em decorar de uma só vez tudo).

TEORIA GERAL DA PROVA

Prova é todo meio de demonstrar uma verdade. No caso do processo penal, a prova está estritamente ligada ao princípio da verdade real, que exige a obtenção da verdade dos fatos, ou seja, a verdade do mundo real.

A palavra "prova" deve ser utilizada para se referir aos elementos de convicção produzidos, em regra, no curso do processo penal, com a observância do contraditório. A exceção a essa regra são as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, cujo exercício do contraditório será postergado.



Sistemas de avaliação da prova:

Íntima convicção	Prova Legal ou tarifária	Persuasão racional ou livre convencimento motivado
Neste sistema, há valoração livre ou íntima convicção do magistrado, o que significa que não há necessidade de motivação para suas decisões. No Brasil, esse sistema é aplicado apenas no Tribunal do Júri.	Nesse sistema, há valoração taxada ou tarifada da prova, o que significa o pré-estabelecimento de um determinado valor para cada prova produzida no processo, fazendo com que o juiz fique subordinado ao critério fixado pelo legislador, além de restringir sua atividade de julgar. No Brasil, há resquícios desse sistema no teor do art. 158 do CPP, que exige o exame de corpo de delito na formação da materialidade da infração penal que deixar vestígios.	É o sistema adotado pelo Brasil, em virtude do art. 93, inciso IX, da CF/88, que exige a motivação de todas as decisões judiciais. Ele está estampado no art. 155 do CPP. Por meio desse sistema, permite-se que o juiz decida a causa de acordo com seu livre convencimento, devendo, no entanto, cuidar de fundamentá-lo nos autos.

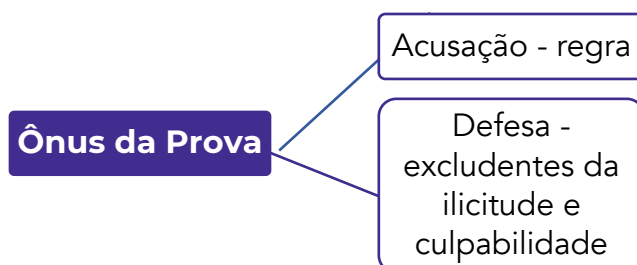
Ônus da Prova.

Quanto ao ônus da prova, é importante salientar que, em regra, a prova das alegações incumbirá a quem as fizer (art. 156 do CPP). Nesse sentido, em virtude do princípio da presunção de inocência, o ônus recai sobre a acusação. Desse modo, compete ao autor da ação penal (MP ou querelante) demonstrar a autoria, a materialidade delitiva e o dolo ou culpa do agente.

Todavia, cabe à defesa o ônus de provar a existência de excludentes de ilicitude e de culpabilidade.



Distribuição do ônus da prova:



Terminologia da Prova .

Fontes de prova	Meios de prova	Meios de obtenção de prova
Fontes de prova referem-se a todas as pessoas ou coisas que possuem algum conhecimento sobre o fato delituoso. Por exemplo, uma testemunha que presenciou o crime.	<p>São os instrumentos pelos quais as fontes de prova são introduzidas no processo. Dizem respeito a uma atividade endoprocessual que se desenvolve perante o juiz, com a participação dialética das partes, cujo objetivo principal é a fixação de dados probatórios no processo.</p> <p>São exemplos de meios de prova: a prova testemunhal, o exame de corpo de delito, entre outros.</p>	Referem-se a certos procedimentos, em regra, extraprocessuais, que têm como objetivo principal a identificação de fontes de prova. De acordo com a doutrina, subdividem-se em meios ordinários — que podem ser usados para todo e qualquer delito, como no caso da busca domiciliar — e meios extraordinários, utilizados em hipóteses excepcionais para crimes mais graves, caracterizando-se pela presença de um dos seguintes elementos: surpresa e/ou dissimulação (ex.: Lei n. 12.850/2013).

Meios de provas.

No nosso sistema processual penal, às partes é conferido o direito de produzir as provas que entenderem necessárias para convencer o Juiz. Entretanto, esse direito probatório não é ilimitado, sendo defeso a produção de provas ilícitas, ou seja, aquelas que violem normas constitucionais ou legais.

Art.5º (...) - LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.



Distinção entre Prova Ilícita e Prova Ilegítima.

Prova ilícita	Prova ilegítima
Conceito: produzida mediante violação de norma de direito material prevista na CF, na CADH, ou em lei ordinária.	Conceito: produzida mediante violação de norma de direito processual. Ex.: CPP, art. 479.

Teoria da Prova Ilícita por Derivação (Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada).

É vedada também a utilização de provas ilícitas por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada) em nosso ordenamento jurídico. Essas são os meios probatórios que, embora produzidos validamente, em momento posterior encontram-se afetados pelo vício da ilicitude originária, que a eles se transmite, contaminando-os.

Exemplo: Policiais constroem um indivíduo, mediante tortura, a confessar a prática de um crime de homicídio. Inquestionavelmente, essa confissão deverá ser declarada ilícita. Pode ser que dessa prova ilícita originária resulte a obtenção de uma prova aparentemente lícita (localização e apreensão de um cadáver). Apesar de a apreensão do cadáver ser aparentemente lícita, percebe-se que há um nexo causal inequívoco entre a confissão obtida mediante tortura e a localização do cadáver. Assim, de nada adiantaria vedar a prova ilícita se a derivada fosse considerada válida, devendo, portanto, haver relação de dependência/causalidade.

ATENÇÃO: Admite-se a utilização de provas ilícitas quando estas forem em benefício dos direitos do réu inocente que produziu tal prova para a sua absolvição.

CPP Art. 157 (...)

§ 1º. **São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas**, salvo quando não evidenciado o nexo de causa entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.



Limitações à teoria da prova ilícita por derivação:

Em um primeiro momento foi vedada a prova ilícita - regras de exclusão. Após, em 1920, foi vedada a prova ilícita por derivação. Não obstante, em momento posterior, a própria Suprema Corte norte-americana passou a criar limitações/exceções à prova ilícita.

a) Teoria da fonte independente:

Conceito: Se o órgão da persecução penal demonstrar que obteve, legitimamente, novos elementos de informação a partir de uma fonte autônoma de prova, que não guarde qualquer relação de dependência nem decorra da prova originariamente ilícita, mantendo-se desvinculada causalmente, tais dados probatórios são admissíveis, pois não estão contaminados pela mácula da ilicitude originária.

Questiona-se: diante de uma prova ilícita, deve o acusado ser absolvido? Depende. Sendo ilícita, a prova deve ser desentranhada. É necessário verificar ainda se não há prova ilícita por derivação, uma vez que a prova ilícita originária pode ter contaminado as demais, que também deverão ser desentranhadas. Além disso, deve-se considerar se existe uma fonte independente, ou seja, uma prova que não guarde qualquer relação de dependência com a prova ilícita originária. Assim, o fato de haver uma prova ilícita no processo não implica necessariamente na absolvição, diante da possibilidade de existir uma fonte independente de prova, não contaminada, robusta o suficiente para a formação do juízo de certeza quanto à culpabilidade do acusado.

CPP Art. 157 (...) § 1º. São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas - **teoria da prova ilícita por derivação** -, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras - **teoria da fonte independente** -, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras - teoria da descoberta inevitável -. (Incluído pela Lei n. 11.690, de 2008).

§ 2º. Considera-se fonte independente aquela que, por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova". - Aqui teria ocorrido um equívoco por parte do legislador, pois a exceção aqui citada não é a da fonte independente, mas a descoberta inevitável, assim como ocorre na última parte do parágrafo primeiro supratranscrito.

b) Teoria da descoberta inevitável:

Conceito: Se restar demonstrado — com base em dados concretos, vedada a especulação — que a prova derivada da ilícita seria produzida de qualquer modo, independentemente da prova ilícita originária, tal prova deve ser considerada válida.

Essa ideia tem origem em um precedente norte-americano conhecido como caso Nix v. Williams (1984). No caso, uma pessoa foi assassinada sem que o cadáver fosse localizado. O principal suspeito foi preso de forma ilegal e acabou indicando a localização do cadáver. Até esse momento,



poder-se-ia considerar que se tratava de prova ilícita por derivação. No entanto, a população da pequena cidade já vinha realizando uma busca no local onde o cadáver foi encontrado. A Suprema Corte, na ocasião, entendeu que, embora o cadáver tivesse sido localizado em razão de uma prova ilícita por derivação, havia elementos contundentes demonstrando que a localização seria inevitável.

CPP Art. 157 (...)

(...) § 2º. Considera-se fonte independente - descoberta inevitável, tecnicamente falando - aquela que, por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova”

c) Teoria do encontro fortuito de provas:

Conceito: é utilizada nos casos em que, no cumprimento de uma diligência relativa a um delito, a autoridade policial casualmente encontra provas pertinentes à outra infração (outros investigados), que não estavam na linha de desdobramento normal da investigação. Nesses casos, a validade da prova está condicionada à forma como foi realizada a diligência: se houve desvio de finalidade, abuso de autoridade, a prova não deve ser considerada válida; se o encontro da prova foi casual, fortuito, a prova é válida.

Teoria da **serendipidade**: essa estranha palavra significa algo como sair em busca de uma coisa e descobrir outra (ou outras), às vezes até mais interessante e valiosa. Vem do inglês serendipity, onde tem o sentido de descobrir coisas por acaso.



PROVAS EM ESPÉCIE

As provas em espécie encontram-se reguladas nos artigos 158 a 250 do CPP, cuja leitura é fundamental. Todavia, como o objeto do presente projeto é uma revisão eficiente, daremos ênfase aos tópicos de maior cobrança em concursos públicos.

Cadeia de custódia.

Segundo Renato Brasileiro (8ª ed., p. 718), trata-se, em termos gerais, de um mecanismo garantidor da autenticidade das evidências coletadas e examinadas, assegurando que correspondam ao caso investigado, sem espaço para qualquer tipo de adulteração. Funciona, portanto, como a documentação formal de um procedimento destinado a manter e registrar a história cronológica de uma evidência, evitando eventuais interferências internas e externas que possam colocar em dúvida o resultado da atividade probatória, assegurando, assim, o rastreamento da evidência desde o local do crime até o tribunal.

ETAPAS DA CADEIA DE CUSTÓDIA

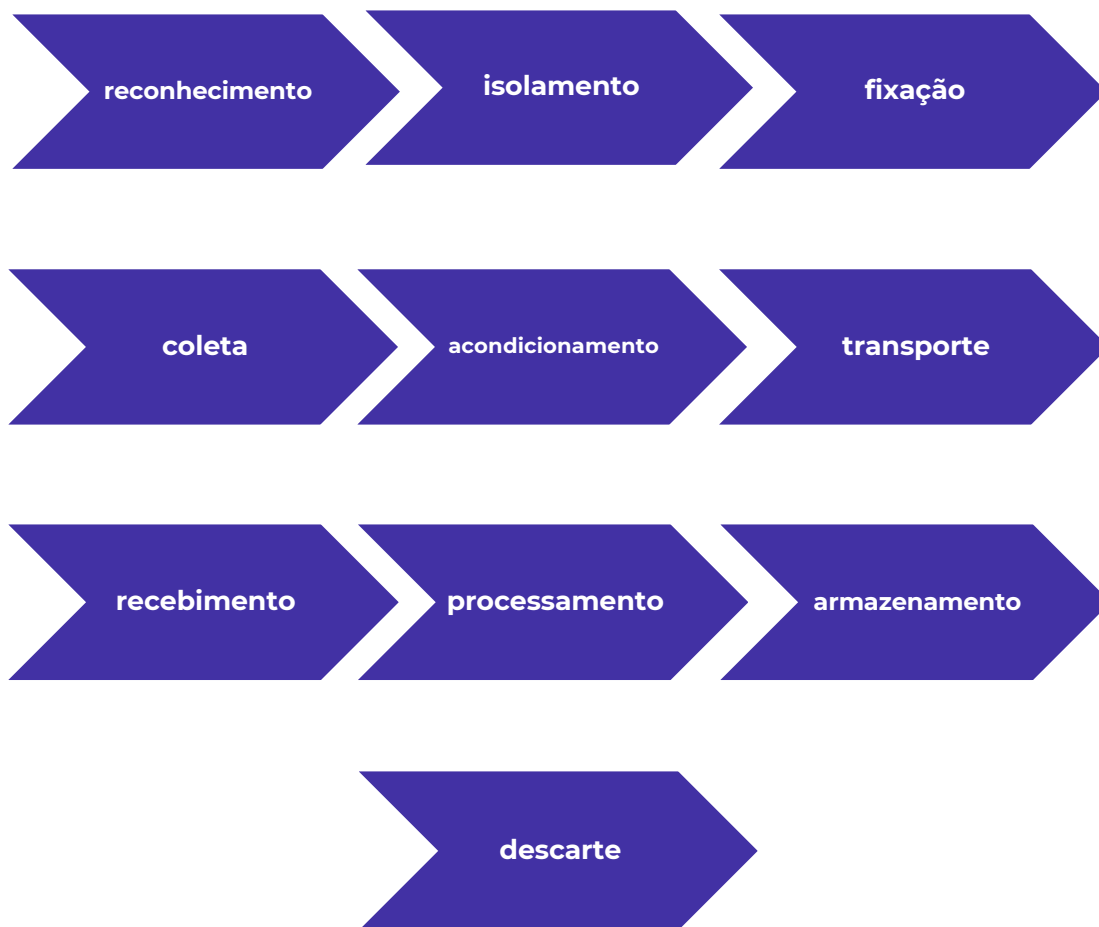
As etapas da cadeia de custódia são divididas em duas macrofases:

FASE EXTERNA: compreende todos os passos entre a preservação do local de crime ou apreensões dos elementos de prova e a chegada do vestígio ao órgão pericial encarregado de processá-la. Compreende: **reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte e recebimento.**

FASE INTERNA: compreende todas as etapas entre a entrada do vestígio no órgão pericial até sua devolução juntamente com o laudo pericial ao órgão requisitante da perícia. Compreende: **armazenamento e processamento.**

É fundamental a leitura do art. 159-B do CPP que trata das etapas da cadeia de custódia, por se tratar de um tema novo, acrescido à lei processual penal pela lei 13.964/2019 (pacote anticrime)





1. Reconhecimento	ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial
2. Isolamento	ato de evitar que se altere o estado das coisas , devendo isolar e preservar o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime;
3. Fixação	descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento;
4. Coleta	ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza;
5. Acondicionamento	procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada , de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento;
6. Transporte	ato de transferir o vestígio de um local para o outro , utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura, entre

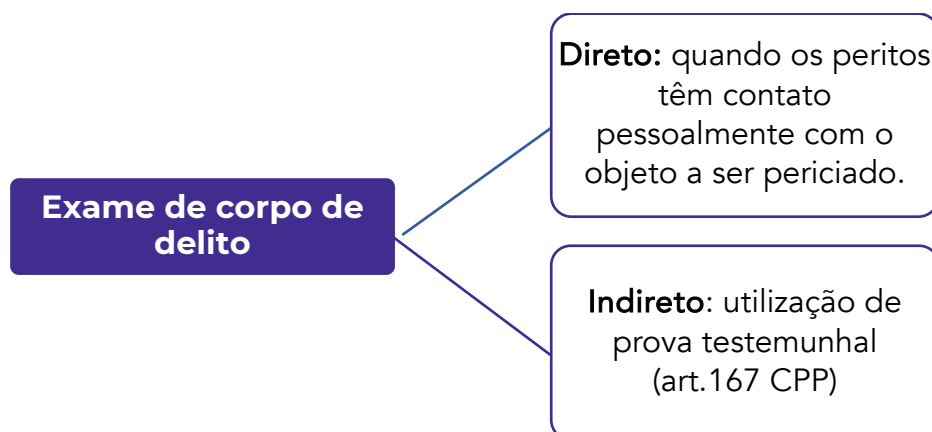


	outras), de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse;
7. Recebimento	ato formal de transferência da posse do vestígio , que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu;
8. Processamento	exame pericial em si , manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito;
9. Armazenamento	procedimento referente à guarda, em condições adequadas, do material a ser processado , guardado para realização de contraperícia , descartado ou transportado, com vinculação ao número do laudo correspondente;
10. Descarte	procedimento referente à liberação do vestígio , respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.

Prova pericial (art. 158 a 184 do CPP).

A prova pericial é uma prova técnica, na medida em que pretende evidenciar a existência de fatos cuja certeza, segundo a lei, somente seria possível a partir de conhecimentos científicos.

De forma que, se a infração penal deixar vestígios, obrigatoriamente deverá ser feito o exame de corpo de delito (que é uma das formas de prova pericial).



Observações Importantes:

- ❖ O exame de corpo de delito pode ser realizado a qualquer hora.
- ❖ De acordo com a alteração promovida pela lei 13.721/2018, será dada prioridade a realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher, ou contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

Art. 158 (...) Parágrafo único. Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva:

I - violência doméstica e familiar contra mulher;

II - violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

- ❖ Em sendo a perícia uma prova essencialmente técnica, deverá ser produzida por pessoas habilitadas, em regra, servidores públicos, os chamados peritos oficiais ou judiciais, que são auxiliares da justiça.
- ❖ Nos termos do art. 159, caput, do CPP, a regra é que a perícia deve ser realizada **POR APENAS UM** perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- ❖ **CUIDADO:** quando **não houver peritos oficiais**, a perícia deverá ser realizada obrigatoriamente por **DOIS PERITOS**.
- ❖ Todavia, sendo a **perícia complexa**, por abranger mais de uma área do conhecimento, pode ser designado pelo juiz mais de um perito oficial.

Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por **perito** oficial, portador de diploma de curso superior

§ 1º **Na falta de perito oficial**, o exame será realizado por **2 (duas) pessoas idôneas**, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

- ❖ **Atenção:** súmula 361 do STF que exigia dois peritos oficiais **SUPERADA**.

~~No processo penal, é nulo o exame realizado por um só perito, considerando-se impedido o que tiver funcionado, anteriormente, na diligência de apreensão.~~



- ❖ No que tange ao assistente técnico, ele ingressa no processo a partir de sua admissão pelo magistrado, após a conclusão dos exames e a elaboração do laudo pelo perito oficial.
- ❖ O assistente técnico atua como um perito de confiança das partes. Ele é, portanto, **parcial em favor da parte**.
- ❖ O **juiz**, no sistema do livre convencimento motivado, **não está adstrito ao laudo apresentado**, podendo rejeitá-lo, no todo ou em parte, desde que sempre fundamente sua decisão no conjunto probatório.
- ❖ É possível que o exame pericial seja realizado por meio de carta precatória (art. 177 do CPP) se o objeto ou material a ser analisado estiver localizado em comarca diversa daquela onde se encontra a autoridade policial ou o juiz.
 - **Ação penal pública** - Juízo **deprecado** (local onde será realizada a diligência é quem nomeia o perito).
 - Se a **ação penal** for **privada** e havendo **acordo entre as partes**, a nomeação pode ser feita pelo **juízo deprecante**.
- ❖ No crime de lesão corporal, se houver um primeiro exame pericial incompleto, é possível a realização de um exame complementar. No mais, é possível a realização do exame complementar para a constatação do crime de lesão corporal grave (art. 129, § 1º, I, do Código Penal), que resulta na incapacidade da vítima para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias.

Art. 168. Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.

§ 2º Se o exame tiver por fim precisar a classificação do delito no art. 129, § 1º, I, do Código Penal, deverá ser feito logo que decorra o prazo de 30 dias, contado da data do crime.



- ❖ Autópsia, ou necropsia, é o exame feito a partir das partes internas de um cadáver e que visa, essencialmente, a comprovar a morte e a sua causa.

Art. 162. A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

Parágrafo único. Nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.

Outras espécies de exames:
Exame do local em que foi praticada a infração - art. 169 CPP
Exame laboratorial - art. 170 CPP
Laudo de constatação da natureza e quantidade da droga - art. 50, §1, da Lei nº 11.343/06
Exame de dosagem alcóolica - art. 306, §1, I, da Lei 9.503/97
Perícia em furto qualificado - art. 155, §4 I, II do CP
Laudo de avaliação das coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime - art. 172, caput, CPP
Exame de local de incêndio - art. 250 do CP
Exame de reconhecimento de escritos ou grafotécnicos ou caligráfico - art. 174 do CPP
Exame do instrumento do crime - art. 175 do CPP

Do Interrogatório do acusado (art. 185 a 196 CPP).

Atualmente entende-se o interrogatório como meio de prova, **mas também como meio de defesa** (natureza jurídica mista ou híbrida do interrogatório).

Desse modo, o interrogatório pode ser definido como a oportunidade que o réu possui para apresentar, perante o juiz, a sua versão dos fatos, exercitando a **autodefesa**.

Observações Importantes:

- O interrogatório é o último ato da instrução conforme art. 400 do CPP, seja nos procedimentos comuns ou previstos em lei especial.
- Trata-se de ato personalíssimo. Logo, não admite que o acusado seja representado por outrem.
- É admitido o interrogatório por vídeo conferência.
- Réu tem o direito de permanecer em silêncio durante todo o interrogatório, no tocante as perguntas sobre fatos.



- **NÃO SE ADMITE A CONDUÇÃO COERCITIVA PARA REALIZAÇÃO DO INTERROGATÓRIO** - O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou que a condução coercitiva de réu ou investigado para interrogatório, prevista no artigo 260 do Código de Processo Penal (CPP), não foi recepcionada pela Constituição de 1988. O uso dessa medida, segundo o entendimento majoritário, representa uma restrição à liberdade de locomoção e viola a presunção de não culpabilidade, sendo, portanto, incompatível com a Constituição Federal.

ETAPAS DO INTERROGATÓRIO DO RÉU

Etapa preliminar: juiz adverte o réu sobre o seu direito ao silêncio.

1ª Etapa: Perguntas sobre a qualificação do réu, oportunidade em que ele não poderá calar ou mentir.

2ª Etapa: Perguntas sobre os fatos, oportunidade em que o réu poderá se calar ou mentir.

Da Confissão (art. 197 a 200 CPP).

A confissão é o reconhecimento por parte do réu dos fatos narrados na peça acusatória.

Características da confissão
Divisível - O juiz pode considerar apenas parte da confissão.
Retratável - O réu pode voltar atrás, devendo nessa hipótese o magistrado realizar novo interrogatório.
Informal - Não há forma prevista em lei para sua realização.
Expressa - Não há confissão ficta ou tácita.
Pessoal - Não pode ser feita por representante.
Voluntária - Deve ser realizada sem qualquer coação.
Judicial - Deve ser feita na presença de um juiz ou quando feita no inquérito confirmada em juízo.



Das testemunhas (art. 202 a 225 CPP).

A testemunha é a pessoa que declara ao juízo o que sabe sobre determinados fatos.

Diferente do processo civil, **toda e qualquer pessoa tem capacidade para testemunhar**, art. 202 CPP. Caberá o juiz valorar o teor do depoimento.

A testemunha tem, como regra, **o compromisso de dizer a verdade**.

O depoimento da testemunha **será sempre oral**, com exceção para surdos e mudos, casos em que poderá haver adaptação.

Ordem das perguntas: Sistema do **Cross examination** (exame cruzado)

Art. 212 do CPP As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.

Da busca e apreensão (art. 240 a 250 CPP).

A busca e apreensão é meio de prova cautelar, já que visa ao acautelamento do material probatório.

A **busca e apreensão** pode ser **domiciliar** ou **pessoal**. (art. 240 §1º CPP).

A busca e apreensão domiciliar ocorre na residência (conforme o conceito de casa nos art. 150, §§ 4º e 5º do Código Penal) e deve ser precedida de autorização judicial, respeitando, ainda, a regra da inviolabilidade do domicílio prevista no art. 5º, XI, da CF/88. Isso significa que a busca domiciliar será cumprida durante o dia, salvo se o morador consentir que seja realizada à noite.

Já a **busca pessoal**, não exige ordem judicial para sua efetivação, desde que presente os requisitos do art. 240, §2º do CPP.

Registra-se que com base no art. 249 do CPP, **a busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência**.



Interceptação telefônica. Conforme disposto no art. 5º inc. XII, da Constituição Federal:

"é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual".

A garantia da inviolabilidade das comunicações pretende proteger o direito constitucional à intimidade. Contudo, essa garantia não é absoluta, conforme indica a parte final do art. 5º, inciso XII, da CF/88, cuja exigência de lei originou a Lei 9.296/96, objeto do presente material.

O objeto da Lei nº 9.296/96 é a interceptação das comunicações de qualquer natureza (art. 1º).

Num passado não muito distante, quando se falava em comunicações telefônicas, pensava-se apenas em uma conversa por telefone. Considerando o desenvolvimento da informática na atualidade, a expressão "telefônicas" não deve se restringir às comunicações por telefone. Por meio de uma interpretação progressiva, a expressão "comunicações telefônicas" abarca, atualmente, também a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por meio de telefonia, fixa ou móvel (celular). Por conseguinte, é possível a interceptação de qualquer comunicação via telefônica, conjugada ou não com a informática (telegram, WhatsApp etc.).

Conceito de Interceptação telefônica. Interceptação telefônica é o ato de captar a comunicação alheia, tomando conhecimento de seu conteúdo. É da essência da interceptação a **participação de um terceiro**, que passa a ter ciência do conteúdo de uma comunicação alheia.

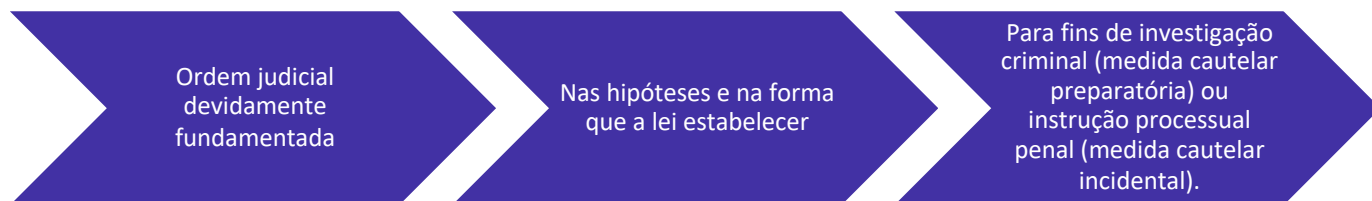
Não se deve confundir interceptação telefônica com escuta telefônica ou com gravação telefônica:

Interceptação telefônica	Captação da comunicação telefônica alheia POR TERCEIRO, SEM O CONHECIMENTO de nenhum dos comunicadores.
Escuta telefônica	Captação da comunicação telefônica POR TERCEIRO, COM O CONHECIMENTO de um dos comunicadores
Gravação Clandestina	É a gravação da comunicação telefônica por um dos comunicadores (autogravação). É clandestina porque feita sem o conhecimento do outro, mas são meios lícitos de prova
Comunicação ambiental	Conversa mantida entre duas pessoas, sem a utilização de telefone, em qualquer recinto, público ou privado
Interceptação ambiental	Captação da comunicação no próprio ambiente dela, POR TERCEIRO, SEM O CONHECIMENTO dos comunicadores. Tem a mesma substância da interceptação telefônica. Ex.: filmagem de indivíduos comercializando drogas em praça da cidade



Escuta ambiental	Captação de uma comunicação, no ambiente dela, feita POR TERCEIRO, COM O CONHECIMENTO de um dos comunicadores. Ex.: cidadão vítima de concussão que, com o auxílio da polícia, grava o exato momento em que funcionário público exige vantagem indevida para si em razão de sua função.
Gravação ambiental	Captação no ambiente da comunicação feita por um dos comunicadores.

Os requisitos para a Intercepção Telefônica previstos na CF/88 são os seguintes:



Vamos desdobrar os requisitos em tópicos.

Ordem judicial devidamente fundamentada:

Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e **dependerá de ordem do juiz competente** da ação principal, sob sigilo de justiça.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei aplica-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.

Cláusula de reserva de jurisdição: Somente o Juiz é quem pode determinar a interceptação telefônica.

O CONTROLE JUDICIAL DE LEGALIDADE DEVE SER PRÉVIO. Em nenhuma hipótese, poderá a autoridade policial ou o MP determinar a interceptação, submetendo-a posteriormente ao controle judicial da legalidade.

Nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer:

As hipóteses autorizadoras da interceptação telefônica podem ser extraídas de uma interpretação a *contrário sensu* (em sentido contrário) do art. 2º da Lei n. 9.296/96:

Art. 2º Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- I - não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal;
- II - a prova puder ser feita por outros meios disponíveis;



III - o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese deve ser descrita com clareza a situação objeto da investigação, inclusive com a indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta, devidamente justificada.

Indícios razoáveis de autoria (ou de participação):

Em virtude da natureza cautelar, a admissibilidade da interceptação está condicionada à presença do *fumus comissi delicti* e do *periculum in mora*.

Fumus comissi delicti é a presença de indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal. A interceptação não pode dar início a uma investigação (é proibida a interceptação de prospecção).

O parágrafo único permite concluir que, caso a Polícia tenha conhecimento da prática de determinado delito, mas ainda não possua um suspeito, será possível a decretação de interceptação telefônica sobre pessoa indeterminada, objetivando descobrir o provável autor ou partícipe do fato delituoso, hipótese em que a diligência deverá recair sobre uma determinada linha telefônica, a ser individualizada no pedido.

Periculum in mora é ínsito à necessidade de a conversa telefônica ser colhida enquanto se desenvolve, sob pena de se perder a prova.

Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis:

Devido às restrições à esfera de liberdade individual, a interceptação telefônica é **SUBSIDIÁRIA E EXCEPCIONAL (ÚLTIMA RATIO)**, só podendo ser determinada quando não houver outro meio para se apurar os fatos tidos por criminosos.

Infração penal punida com pena de reclusão:

Somente os crimes com pena de reclusão é que podem dar ensejo a interceptação. Logo, crime com pena de **DETENÇÃO** e para **as CONTRAVENÇÕES PENAIS NÃO CABE A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA**.

Delimitação da situação objeto da investigação e do sujeito passivo da interceptação.

Deve haver uma descrição clara da situação objeto da investigação, e a decisão judicial que decreta a interceptação também deve mencionar essa situação, com a delimitação fática (objetiva) do fato



que se quer comprovar. Além de exercer um papel de garantia (coibindo interceptações para apurar fatos indeterminados), a delimitação da situação objeto da investigação é importante para a descoberta de elementos probatórios relacionados a outros delitos (encontro fortuito). A decisão judicial também deve individualizar a linha telefônica a ser interceptada, indicando seu número.

OBS: Sigilo profissional do advogado: as conversas entre o advogado e seu cliente devem ser consideradas inadmissíveis no processo, a não ser que o advogado esteja envolvido no crime objeto da investigação.

OBS². **Encontro fortuito de provas (serendipidade)**: se, no cumprimento de uma diligência relativa a um delito, a autoridade policial encontra casualmente provas pertinentes a outra infração penal que não estavam na linha de desdobramento normal da investigação, aplica-se a teoria do encontro fortuito ou serendipidade. Nesses casos, a validade da prova inesperadamente obtida está condicionada à forma como foi realizada a diligência: se houve desvio de finalidade, a prova não deve ser considerada válida; se não houve desvio, a prova é válida. Portanto, o encontro fortuito de outros delitos (ainda que punidos com pena de detenção) praticados pelo mesmo agente vale como um meio probatório legítimo, desde que haja conexão entre as infrações penais.

Caso se descubra o envolvimento de outra pessoa no mesmo crime investigado, a prova será válida.

Por outro lado, se a interceptação conduzir à descoberta de fatos sem que haja qualquer hipótese de conexão ou continência, os elementos obtidos não podem ser valorados como prova pelo juiz, o que não impede sua utilização como notícia criminis para deflagrar novas investigações.

Legitimados (art. 3º da Lei 9.296/96)

- Juiz
- Autoridade Policial
- Ministério Público

- A possibilidade de o juiz decretar **de ofício** a interceptação no curso das investigações deve ser interpretada à luz da CF/88 (afronta ao sistema acusatório, à inércia de jurisdição e à parcialidade do juiz), não sendo, portanto, admitida. Contudo, quando em curso o PROCESSO, sempre se admitiu (majoritariamente) que o juiz poderia decretá-la de ofício (**princípios da busca da verdade real e do livre convencimento motivado**).

CUIDADO: Com o advento da Lei n. 13.964/2019, denominada de Pacote Anticrime, que veio instituir explicitamente no CPP o sistema acusatório, vedando que o juiz tenha qualquer tipo de



atividade probatória, entende-se que não é mais dado ao juiz a possibilidade de determinar de ofício a interceptação telefônica seja quem qual faze for (investigação ou processo). **Dessa forma, atenção para as provas, que podem cobrar a literalidade da lei (juiz pode) ou podem cobrar o entendimento a luz do sistema acusatório (juiz não pode).**

Prazo da Interceptação.

Art. 5º. A decisão será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, **que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez** comprovada a indispensabilidade do meio de prova.

Prazo de **15 DIAS, RENOVÁVEL POR IGUAL TEMPO** uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova. É um prazo-limite, ou seja, o juiz pode conceder prazo inferior.

O PRAZO DE 15 DIAS É INICIADO DO DIA EM QUE A MEDIDA É EFETIVADA e não do dia que que é proferida a decisão do juiz.

A renovação deve ser pedida antes do decurso do prazo fixado na decisão originária. Se as interceptações se prolongarem por período "descoberto" de autorização judicial, os elementos aí obtidos devem ser considerados inválidos. - Exige-se relatório circunstanciado da polícia com a explicitação das conversas e da necessidade da continuação das investigações. A renovação não pode ser automática.

- Prevalece que o prazo de 15 dias pode ser RENOVADO INDEFINIDAMENTE, DESDE QUE COMPROVADA A INDISPENSABILIDADE DO MEIO DE PROVA

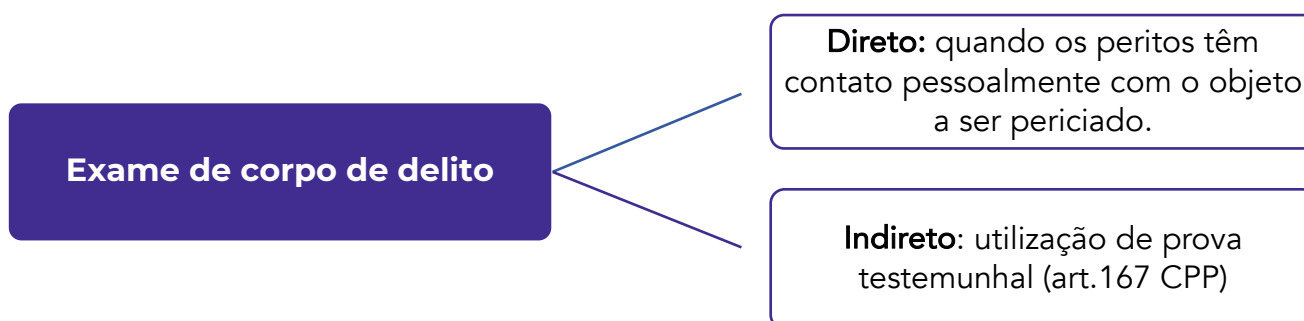


APOSTA ESTRATÉGICA



A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.

❖ PROVA PERICIAL



No termos do art. 159 a regra é que a perícia deve ser realizada POR **APENAS UM** (e não mais **dois**) perito oficial, portador de diploma de curso superior.

Atenção: súmula 631 do STF que exigia dois peritos oficiais **SUPERADA**.

Todavia, sendo a perícia complexa, por abranger mais de uma área do conhecimento, pode ser designado pelo juiz mais de um perito oficial.

CUIDADO: quando **não houver peritos oficiais** é que devera a perícia ser realizada obrigatoriamente por **DOIS PERITOS**.

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1.Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-ES Prova: Investigador. Sobre o exame de corpo de delito e sobre as perícias em geral, assinale a alternativa correta.

- A) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior, mas, na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- B) O assistente técnico indicado pelo querelante atuará a partir de sua admissão pelo Juízo e antes da conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas a impugnar o laudo oficial a qualquer tempo.
- C) Os peritos não oficiais não serão intimados a prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, podendo seu apontamento ser impugnado pela parte interessada, ainda que o laudo já tenha sido oficialmente protocolado nos autos processuais.
- D) É vedado às partes, quanto à perícia, indicar assistentes técnicos pareceristas durante o curso do processo judicial.
- E) O material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado antes do trânsito em julgado da sentença condenatória ou absolutória.

Comentários

A – Correta. Alternativa correta eis que de acordo com o art. 159 §1º do CPP.



Art. 159, CPP: O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

§ 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

B – Incorreta. alternativa em desconformidade com o disposto no §4º do art. 159 do CPP, eis que o perito atuará após a conclusão e não antes.

Art.159 §4º, CPP: O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e **após a conclusão** dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão.

C – Incorreta. alternativa em desconformidade com o disposto no §2º do art. 159 do CPP, eis que os peritos não oficiais obrigatoriamente prestarão compromisso.

Art. 159 §2º, CPP: Os peritos não **oficiais prestarão o compromisso** de bem e fielmente desempenhar o encargo.

D – Incorreta alternativa em desconformidade com o disposto no 5º do art. 159 do CPP:

Art. 159 §5º, CPP: Durante o curso do processo judicial, é permitido às partes, quanto à perícia:

II – **indicar assistentes técnicos** que poderão apresentar pareceres em prazo a ser fixado pelo juiz ou ser inquiridos em audiência.

E – Incorreta. alternativa em desconformidade com o disposto no 6º do art. 159 do CPP:

Art.159 § 6º, CPP: Havendo requerimento das partes, o material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado no ambiente do órgão oficial, que manterá sempre sua guarda, e na presença de perito oficial, para exame pelos assistentes, salvo se for impossível a sua conservação.



2. Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-ES Prova: Investigador. Corpo de delito é o conjunto de vestígios materiais ou sensíveis deixados pela infração penal. A respeito dessa temática, assinale a alternativa correta.

A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

B) O exame de corpo de delito deverá ser feito em dia e hora previamente agendados pela autoridade policial, respeitados os prazos de conclusão do inquérito policial.

C) A exumação para exame cadavérico poderá ser feita em qualquer dia e a qualquer hora, e o administrador de cemitério público ou particular indicará o lugar da sepultura, sob pena de desobediência.

D) O exame de corpo do delito é imprescindível, ainda que as lesões externas do cadáver permitam precisar a causa da morte e não haja necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.

E) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, independentemente de qualquer entendimento em contrário dos peritos.

Comentários

A – Correta. Alternativa em conformidade com o disposto no art. 167 do CPP, é o que doutrinariamente se denomina de perícia indireta, sinônimo de prova testemunhal.

Art. 167. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

B – Incorreta. alternativa incorreta eis que o exame de corpo de delito pode ser realizado independentemente de agendamento de hora, nos termos do art. 161 do CPP:

Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

C – Incorreta. alternativa em desconformidade com o disposto no art. 163 do CPP.



Art. 163. Em caso de exumação para exame cadavérico, a autoridade providenciará para que, **em dia e hora previamente marcados**, se realize a diligência, da qual se lavrará auto circunstanciado.

Parágrafo único. O administrador de cemitério público ou particular indicará o lugar da sepultura, sob pena de desobediência. No caso de recusa ou de falta de quem indique a sepultura, ou de encontrar-se o cadáver em lugar não destinado a inumações, a autoridade procederá às pesquisas necessárias, o que tudo constará do auto.

D – Incorreta. Alternativa incorreta eis que em desconformidade com o disposto no art. 162, parágrafo único do CPP:

Art. 162 (...)

Parágrafo único. Nos casos de morte violenta, **bastará o simples exame externo do cadáver**, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.

E – Incorreta. Alternativa incorreta eis que em desconformidade com o disposto no art. 162 do CPP:

Art. 162. A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

3. Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-ES Prova: Escrivão de Polícia. Em relação às provas no Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Em hipótese alguma, o juiz poderá fundamentar sua convicção em elementos informativos colhidos na investigação.
- B) Caso o contraditório e a ampla defesa tenham sido garantidos no inquérito policial, o juiz poderá fundamentar sua convicção exclusivamente em elementos informativos colhidos na investigação.
- C) O juiz poderá fundamentar sua decisão em elementos informativos colhidos na investigação, desde que a decisão tenha espeque apenas em provas cautelares.



D) O juiz poderá fundamentar sua decisão em elementos informativos colhidos na investigação, desde que a decisão tenha espeque em apenas provas cautelares, não repetíveis.

E) O juiz poderá fundamentar sua decisão em elementos informativos colhidos na investigação, desde que a decisão tenha espeque em provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Comentários

A – Incorreta. A questão encontra-se errada em dizer que os elementos informativos da investigação nunca poderão ser utilizados para embasar uma decisão. Na verdade, o que não é possível é o juiz embasar-se **unicamente** neles.

B – Incorreta. primeiro erro da questão é que prevalece que não existe contraditório e ampla defesa em sede de inquérito Policial, Segundo erro, e que segundo previsão do art. 155 o juiz não pode fundamentar sua decisão com base unicamente em elementos colhidos em sede de inquérito, por não ser considerada prova e sim elementos de informação.

C – Incorreta. Alternativa errada por estar incompleta, Vide comentários a alternativa E.

D – Incorreta. Alternativa errada por estar incompleta, Vide comentários a alternativa E.

E – Correta. Alternativa correta em conformidade com o disposto no art. 155 do CPP, que trata dos denominados **ELEMENTOS MIGRATÓRIOS NO PROCESSO PENAL** são os elementos informativos extraídos do inquérito policial e que poderão servir de fundamento para eventual sentença condenatória, (as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas).

Importante mencionar que esses elementos recebem tal denominação pelo fato de esses elementos informativos migrarem do inquérito para o processo penal, permitindo que o juiz os utilize como fundamento de sua decisão, eis que como regra os elementos colhidos na fase do inquérito por não terem se submetidos ao contraditório e ampla defesa, não podem ser considerados como provas, a exceção dessas três hipóteses.

Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas **cautelares, não repetíveis e antecipadas**.

Observação.

PROVAS CAUTELARES: Interceptação Telefônica, busca e apreensão. (contraditório será exercido posteriormente/diferido)



PROVAS NÃO REPETÍVEIS: exames periciais (as perícias realizadas na fase do inquérito não são repetidas, eis que feita por Peritos Oficiais que tem fé pública)

PROVAS ANTECIPADAS: oitiva de alguma testemunha que esteja doente e possa vir a falecer, a antecipa-se sua oitiva. Porém tal oitiva é realizada perante um juiz com observância da ampla defesa e do contraditório.

4. Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-ES Prova: Escrivão de Polícia. A busca domiciliar será realizada quando fundadas razões a autorizarem, EXCETO na hipótese de

- A) prender criminosos.
- B) colher qualquer elemento de convicção.
- C) apreender pessoas vítimas de crime.
- D) submeter suspeito de cometimento de crime ao reconhecimento pessoal.
- E) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu.

Comentários

Alternativa correta letra D: eis que todas as demais alternativas se referem a hipóteses autorizativa da busca domiciliar nos termos do art. 240 §1º do CPP:

Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal.

§ 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

a) prender criminosos;

b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;

c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;

d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;

e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;

f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;

g) apreender pessoas vítimas de crimes;



h) colher qualquer elemento de convicção

5. Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-ES Prova: Investigador. Disciplinando o exame de corpo de delito e as perícias em geral, o Código de Processo Penal de 1941 prescreve que

A) no exame por precatória, a nomeação dos peritos far-se-á no juízo deprecante, independentemente da ação penal e da transação entre as partes.

B) proceder-se-á, quando necessário, à avaliação das coisas destruídas, que são as coisas estragadas ou degeneradas.

C) o juiz ficará adstrito ao laudo, devendo aceitá-lo no todo ou em parte.

D) nas perícias de laboratório, os peritos descartarão o material restante da perícia realizada, independentemente da eventualidade de nova perícia.

E) faculta-se ao peritos divergentes que apresentem, no mesmo laudo, as suas opiniões em seções diferenciadas e com respostas separadas aos quesitos ou, caso prefiram, elabore cada qual o seu laudo.

Comentários

A – Incorreta. Alternativa errada eis que em desconformidade com o disposto no art. 177 do CPP:

Art. 177. No exame por precatória, a nomeação dos peritos far-se-á no juízo deprecado. Havendo, porém, no caso de ação privada, acordo das partes, essa nomeação poderá ser feita pelo juiz deprecante.

B – Incorreta. Alternativa errada eis que em desconformidade com o disposto no art. 172 do CPP:

Art. 172. Proceder-se-á, quando necessário, à avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.

C – Incorreta. Alternativa errada eis que em desconformidade com o disposto no art. 182 do CPP:

Art. 182. **O juiz não ficará adstrito ao laudo**, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

D – Incorreta. Alternativa errada eis que em desconformidade com o disposto no art. 170 do CPP:



Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.

E – Correta. Alternativa em conformidade com o disposto no art. 180 do CPP:

Art. 180. Se houver divergência entre os peritos, serão consignadas no auto do exame as declarações e respostas de um e de outro, ou cada um redigirá separadamente o seu laudo, e a autoridade nomeará um terceiro; se este divergir de ambos, a autoridade poderá mandar proceder a novo exame por outros peritos.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1- A vedação das provas ilícitas no processo penal é absoluta? O que significa a teoria dos frutos da árvore envenenada?
- 2 - O juiz pode fundamentar suas decisões em elementos de prova colhidos unicamente na investigação criminal?
- 3 - O juiz ao tomar conhecimento de determinado fato pode determinar a produção antecipada de provas sem que haja procedimento investigatório em curso?



4 - Se, diante da ocorrência de determinado crime que tenha deixado vestígios, o acusado confessar a autoria do delito, ficará dispensado o exame de corpo de delito? E se, no mesmo caso, os vestígios da infração tiverem desaparecido?

5 - O interrogatório é um dever do réu?

6 - O silêncio do acusado importa confissão? O silêncio poderá prejudicar o acusado de alguma forma?

7 - Qual o procedimento a ser adotado no caso de divergência dos peritos? O juiz fica vinculado ao laudo da perícia?

8 - A busca domiciliar depende de autorização judicial?

9 - O acusado pode se retratar da confissão?

10- Em alguma hipótese a busca domiciliar poderá ser realizada à noite?

11- É possível a realização de interrogatório por videoconferência?

12 - Quais razões autorizam a busca domiciliar?

13 - Quando o próprio juiz realizar a busca, necessitará de mandado judicial? E no caso de a autoridade policial realizar a busca?

14 - É possível a realização de busca e apreensão em escritório de advocacia?

15 - A busca pessoal submete-se à reserva de jurisdição?



Perguntas com respostas

1- A vedação das provas ilícitas no processo penal é absoluta? O que significa a teoria dos frutos da árvore envenenada?

Não, a doutrina admite que é possível a utilização de prova ilícita quando este for o único meio para conseguir a absolvição do réu. Além disso, as provas ilícitas por derivação, quando evidenciado que poderiam ser obtidas por outro modo (fonte independente), podem ser utilizadas no processo penal.

A teoria dos frutos da árvore envenenada tem origem no direito norte-americano e preleciona que uma prova obtida por meio ilícito contamina todas as demais provas subsequentes que dela dependam.

2 - O juiz pode fundamentar suas decisões em elementos de prova colhidos unicamente na investigação criminal?

Em regra, o juiz não poderá fundamentar suas decisões em elementos de prova produzidos na investigação; porém, há exceções a essa regra, que são as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas (art. 155 do CPP.).

3 - O juiz ao tomar conhecimento de determinado fato pode determinar a produção antecipada de provas sem que haja procedimento investigatório em curso?

Não. A doutrina majoritária entende que para o juiz possa determinar a produção antecipada de provas (art. 156, I, do CPP) deve haver procedimento investigatório em curso e algum requerimento relativo a este procedimento esteja sob o crivo de apreciação do judiciário.

4 - Se, diante da ocorrência de determinado crime que tenha deixado vestígios, o acusado confessar a autoria do delito, ficará dispensado o exame de corpo de delito? E se, no mesmo caso, os vestígios da infração tiverem desaparecido?

Ainda que o acusado realize a confissão, será necessário o exame de corpo de delito nos termos do art. 158 do CPP.

No caso de desaparecimento dos vestígios, a prova testemunhal poderá suprir sua falta (art. 167), lembrando que a jurisprudência tem entendimento consolidado de que qualquer outro meio de prova, nesse caso, poderá suprir a falta do exame de corpo de delito, e não apenas a prova testemunhal.

5 - O interrogatório é um dever do réu?

O interrogatório não é um dever do réu, mas constitui meio de prova e de defesa. Com base nesse entendimento é que o STF reconheceu não ser possível determinar a condução coercitiva do réu para interrogatório.



6 - O silêncio do acusado importa confissão? O silêncio poderá prejudicar o acusado de alguma forma?

Não, o silêncio do acusado no interrogatório não implica sua confissão e nem poderá ser utilizado para prejudicá-lo. O art. 198 do CPP está tacitamente revogado, pois o interrogatório é um meio de defesa do réu, e o silêncio decorre do seu direito à não autoincriminação.

7 - Qual o procedimento a ser adotado no caso de divergência dos peritos? O juiz fica vinculado ao laudo da perícia?

A resposta para esta pergunta se encontra no art. 180 do CPP:

Art. 180. Se houver divergência entre os peritos, serão consignadas no auto do exame as declarações e respostas de um e de outro, ou cada um redigirá separadamente o seu laudo, e a autoridade nomeará um terceiro; se este divergir de ambos, a autoridade poderá mandar proceder a novo exame por outros peritos.

Não há vinculação do juiz ao resultado da perícia. No entanto, sua decisão deverá ser motivada, declinando os motivos que o levaram a afastar o resultado pericial.

8 - A busca domiciliar depende de autorização judicial?

Sim. A busca domiciliar está restrita à reserva de jurisdição e, uma vez autorizada judicialmente, poderá ocorrer independentemente da vontade do morador, que, após a leitura do mandado, será intimado a abrir a porta. Caso não o faça, a porta será arrombada e a entrada será forçada, conforme o art. 245 do CPP:

Art. 245. As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.

§ 1º Se a própria autoridade der a busca, declarará previamente sua qualidade e o objeto da diligência.

§ 2º Em caso de desobediência, será arrombada a porta e forçada a entrada.

§ 3º Recalcitrando o morador, será permitido o emprego de força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura.

§ 4º Observar-se-á o disposto nos §§ 2o e 3o, quando ausentes os moradores, devendo, neste caso, ser intimado a assistir à diligência qualquer vizinho, se houver e estiver presente.

§ 5º Se é determinada a pessoa ou coisa que se vai procurar, o morador será intimado a mostrá-la.

§ 6º Descoberta a pessoa ou coisa que se procura, será imediatamente apreendida e posta sob custódia da autoridade ou de seus agentes.

§ 7º Finda a diligência, os executores lavrarão auto circunstanciado, assinando-o com duas testemunhas presenciais, sem prejuízo do disposto no § 4º.



Nesse sentido, no caso de haver resistência do morador, permite-se o uso da força na busca domiciliar iniciada durante o dia, podendo-se adentrar à noite para evitar prejuízo, com a exibição do mandado judicial. A diligência deve ser presenciada por duas testemunhas, que poderão atestar sua regularidade.

9 - O acusado pode se retratar da confissão?

Sim, a confissão é retratável e divisível, nos termos do art. 200 do CPP.

10- Em alguma hipótese a busca domiciliar poderá ser realizada à noite?

Sim, a busca poderá ser realizada à noite, desde que o morador consinta que assim seja feita (art. 245). Ademais, nada impede que uma busca iniciada durante o dia se prolongue até o período noturno.

11- É possível a realização de interrogatório por videoconferência?

Sim, excepcionalmente poderá ser realizado o interrogatório através de videoconferência, desde que tal medida seja necessária para atender as finalidades previstas no art. 185, § 2º, I, II, III e IV, do CPP.

12 - Quais razões autorizam a busca domiciliar?

As razões que autorizam a busca domiciliar estão previstas no art. 240, § 1º, do CPP:

§ 1º O Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para:

- a) prender criminosos;
- b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos;
- c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos;
- d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso;
- e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu;
- f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;
- g) apreender pessoas vítimas de crimes;
- h) colher qualquer elemento de convicção.

13 - Quando o próprio juiz realizar a busca, necessitará de mandado judicial? E no caso de a autoridade policial realizar a busca?



Quando o próprio juiz realizar a busca, não será necessária a obtenção de um mandado judicial (art. 241 do CPP). Já em relação à autoridade policial, embora o art. 241 mencione que não há necessidade de mandado quando a busca é realizada pessoalmente, devemos entender que essa parte do artigo não foi recepcionada pela CF/88, pois, nesse caso, as buscas e apreensões estão submetidas à reserva de jurisdição.

14 - É possível a realização de busca e apreensão em escritório de advocacia?

Sim, mas para que seja realizada a busca, é necessário seguir algumas regras:

- Decisão fundamentada do juiz;
- Indícios de autoria e materialidade de crime praticado pelo advogado;
- Acompanhamento da diligência por um representante da OAB.

15 - A busca pessoal submete-se à reserva de jurisdição?

Não. A busca pessoal independe de mandado e pode ser realizada quando houver fundada suspeita ou no caso de prisão, nos termos do art. 244, CPP:

Art. 244. A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-ES Prova: Investigador. Sobre o exame de corpo de delito e sobre as perícias em geral, assinale a alternativa correta.

- A) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior, mas, na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- B) O assistente técnico indicado pelo querelante atuará a partir de sua admissão pelo Juízo e antes da conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas a impugnar o laudo oficial a qualquer tempo.
- C) Os peritos não oficiais não serão intimados a prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, podendo seu apontamento ser impugnado pela parte interessada, ainda que o laudo já tenha sido oficialmente protocolado nos autos processuais.
- D) É vedado às partes, quanto à perícia, indicar assistentes técnicos pareceristas durante o curso do processo judicial.
- E) O material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado antes do trânsito em julgado da sentença condenatória ou absolutória.

2. Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-ES Prova: Investigador. Corpo de delito é o conjunto de vestígios materiais ou sensíveis deixados pela infração penal. A respeito dessa temática, assinale a alternativa correta.

- A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- B) O exame de corpo de delito deverá ser feito em dia e hora previamente agendados pela autoridade policial, respeitados os prazos de conclusão do inquérito policial.
- C) A exumação para exame cadavérico poderá ser feita em qualquer dia e a qualquer hora, e o administrador de cemitério público ou particular indicará o lugar da sepultura, sob pena de desobediência.
- D) O exame de corpo do delito é imprescindível, ainda que as lesões externas do cadáver permitam precisar a causa da morte e não haja necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.



E) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, independentemente de qualquer entendimento em contrário dos peritos.

3. Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-ES Prova: Escrivão de Polícia. Em relação às provas no Processo Penal, assinale a alternativa correta.

A) Em hipótese alguma, o juiz poderá fundamentar sua convicção em elementos informativos colhidos na investigação.

B) Caso o contraditório e a ampla defesa tenham sido garantidos no inquérito policial, o juiz poderá fundamentar sua convicção exclusivamente em elementos informativos colhidos na investigação.

C) O juiz poderá fundamentar sua decisão em elementos informativos colhidos na investigação, desde que a decisão tenha espeque apenas em provas cautelares.

D) O juiz poderá fundamentar sua decisão em elementos informativos colhidos na investigação, desde que a decisão tenha espeque em apenas provas cautelares, não repetíveis.

E) O juiz poderá fundamentar sua decisão em elementos informativos colhidos na investigação, desde que a decisão tenha espeque em provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

4. Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-ES Prova: Escrivão de Polícia. A busca domiciliar será realizada quando fundadas razões a autorizarem, EXCETO na hipótese de

A) prender criminosos.

B) colher qualquer elemento de convicção.

C) apreender pessoas vítimas de crime.

D) submeter suspeito de cometimento de crime ao reconhecimento pessoal.

E) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu.

5. Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-ES Prova: Investigador. Disciplinando o exame de corpo de delito e as perícias em geral, o Código de Processo Penal de 1941 prescreve que

A) no exame por precatória, a nomeação dos peritos far-se-á no juízo deprecante, independentemente da ação penal e da transação entre as partes.



B) proceder-se-á, quando necessário, à avaliação das coisas destruídas, que são as coisas estragadas ou degeneradas.

C) o juiz ficará adstrito ao laudo, devendo aceitá-lo no todo ou em parte.

D) nas perícias de laboratório, os peritos descartarão o material restante da perícia realizada, independentemente da eventualidade de nova perícia.

E) faculta-se ao peritos divergentes que apresentem, no mesmo laudo, as suas opiniões em seções diferenciadas e com respostas separadas aos quesitos ou, caso prefiram, elabore cada qual o seu laudo.



Gabarito

GABARITO



1 - A

2 - A

3 - E

4 - D

5 - E



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.